

Índice Socioeconômico (ISE) e efeito escola

O Índice Socioeconômico (ISE) da escola sintetiza informações sobre o acesso dos estudantes a determinados bens e serviços, e isso tem, comprovadamente, uma repercussão indireta no desempenho. Assim, compreender o contexto em que o desempenho é avaliado permitiria a gestores do sistema educacional entender diferenças observadas nos resultados das escolas. Em certa medida, o ISE possibilita conhecer em quais contextos as escolas alcançaram melhores resultados. Essas diferenças precisam ser investigadas, e os resultados, analisados sob essa perspectiva.

Nesse sentido, as análises dos resultados de desempenho estudantil não podem ficar restritas aos resultados dos testes de proficiência, os quais sinalizam a necessidade de melhoria da qualidade da educação. São indispensáveis, portanto, as análises referentes aos contextos. A pesquisa de avaliação inclui a aplicação de questionários, em geral, respondidos por gestores escolares, professores e estudantes ou responsáveis, a fim de investigar as condições de oferta e as dimensões previamente elencadas em estudos sobre a escola, que podem ter efeito sobre a aprendizagem e o desempenho estudantil.

Comumente designadas como fatores associados ao desempenho, essas dimensões têm natureza diversa e são reconhecidas como fatores extra e intraescolares. Os fatores extraescolares – o nome é autoexplicativo – são aqueles externos à escola e que extrapolam o campo de atuação dos agentes escolares, enquanto os fatores intraescolares dependem, intrinsecamente, dos profissionais que trabalham na escola e daqueles que atuam em outras instâncias educacionais.

Dentre os fatores extraescolares, a condição socioeconômica dos estudantes ocupa lugar de destaque. Muitas pesquisas têm se dedicado a compreender o seu impacto no desempenho. Um marco da literatura sobre avaliação educacional é o Relatório Coleman. Esse estudo, desenvolvido nos Estados Unidos e publicado em 1966, procurou demonstrar que os resultados educacionais podem ser estatisticamente explicados pelo nível socioeconômico dos alunos. De modo geral, a informação veiculada foi a de que “a escola não faz diferença”, enfatizando o determinismo da condição socioeconômica sobre o desempenho estudantil. Ou, em outros termos, quanto mais elevada a condição socioeconômica dos alunos testados, maior tende a ser a proficiência média da escola.

O Relatório Coleman reforçou a ideia de que as escolas americanas funcionavam como meras reprodutoras das desigualdades culturais, sociais e econômicas. Apesar de conferir importância à proficiência relacionada a fatores como o nível socioeconômico, esse estudo foi sendo, progressivamente, alvo de críticas. Algumas delas concentraram-se no fato de que não se prestou a devida atenção aos processos que se desenrolam no interior das escolas, particularmente dentro das salas de aula. Portanto, a mera associação de uma variável como o nível socioeconômico dos alunos – um dado externo à escola – com o desempenho poderia mascarar a riqueza de possibilidades relativas à qualidade educacional, determinada pelas ações e recursos das escolas (BROOKE, 2008).

Embora as conclusões das pesquisas sobre a influência da escola no aprendizado indiquem que os sistemas educacionais por si só não são capazes de mudar a força da determinação social, são encontradas evidências de que algumas escolas conseguem prover aos alunos aprendizado melhor do que o esperado para as suas condições sociais. A formulação e a implementação de políticas públicas devem, portanto, considerar que a qualidade do aprendizado depende de fatores diretamente escolares, como o trabalho docente, a gestão escolar, a infraestrutura física dos estabelecimentos. Soma-se a isso, a gestão de nível mais elevado nas instâncias educacionais, como técnicos e funcionários das secretarias municipais e estaduais de educação; além de outros fatores extraescolares, relacionados, por exemplo, às comunidades e às famílias dos estudantes.

Nessa direção, Maria Teresa Gonzaga Alves e José Francisco Soares (2012) propõem, como forma de comparação do desempenho estudantil, a criação de grupos homogêneos de escolas com as mesmas características socioeconômicas:

“Dentre dos grupos homogêneos as comparações seriam bem mais legítimas. Hoje a ausência de um indicador como este induz a comparação entre escolas cujos alunados são muito diferentes, como se vê nos rankings de escolas cujos alunos participam do Enem ou das escolas públicas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)”.

Essa discussão conduz, inevitavelmente, à pesquisa sobre o efeito escola. De forma simplificada, pode-se dizer que tal estudo tem por objetivo entender de que forma o desempenho dos alunos pode ser atribuído às escolas que frequentam. O efeito escola seria o “valor agregado” pela instituição aos estudantes. As escolas eficazes são, nesse caso, aquelas que contribuem mais e melhor para um aumento do desempenho médio dos estudantes, independentemente das condições socioeconômicas. A origem social e o contexto familiar do aluno deixam de ser os únicos fatores explicativos do seu desempenho e da sua trajetória escolar.

O efeito escola pode ser definido como “a capacidade das escolas (em geral, públicas) de afetar os resultados (normalmente, a proficiência) dos estudantes por elas atendidos” (TEDDLIE et al., 2000). A ênfase dessa definição está na proficiência, usualmente mensurada por meio de testes padronizados em larga escala. Nesse sentido, uma escola com um índice socioeconômico desfavorável pode ter um resultado nas avaliações bastante acima do que é esperado para o seu contexto. Soares e Alves (2013) evidenciaram isso ao estudar o efeito escola nos estabelecimentos que participaram da Prova Brasil. De acordo com os autores, há escolas que conseguem obter um desempenho além do esperado para o seu nível socioeconômico, da mesma forma que há escolas cujos resultados ficam aquém.

Essas informações podem subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas educacionais que contribuam para a melhoria da aprendizagem dos estudantes, atentas ao contexto e às ações exitosas desenvolvidas por escolas que desafiam as expectativas, geralmente negativas, relacionadas a contextos socialmente desfavorecidos. A garantia de um ensino público de qualidade passa por essas ações, em sintonia com a proposta republicana de promoção da equidade nas escolas brasileiras. As mudanças nas trajetórias educacionais dependem, portanto, de um olhar criterioso dos gestores sobre os resultados e suas condicionantes, como é o caso do ISE e do efeito escola.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Tereza Gonzaga; SOARES, José Francisco. O nível socioeconômico das escolas de educação básica brasileiras. GAME-UFG. 2012.

BROOKE, N. (Org.). Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFG, 2008.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. Efeitos de escolas e municípios na qualidade do ensino fundamental. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 43, 2013.

TEDDLIE, C., REYNOLDS, D. (Org.) The international handbook of school effectiveness research. New York: Falmer Press, 2000.